

# Trabalhadoras domésticas: representação midiática e identidade

Janaína Vieira de Paula Jordão  
Mestre em Comunicação (Universidade Federal de Goiás)  
Professora na Universidade Federal de Goiás  
*janainavpj@gmail.com.*

**Resumo** Este artigo traz dados e reflexões feitos a partir de uma pesquisa em que se trabalha a relação de 31 trabalhadoras domésticas de Goiânia, com mídia, beleza e consumo. Claro que, ao se mergulhar em histórias de vida, os temas não surgem compartimentados e as falas acabam trazendo nuances de realidades que por vezes ultrapassam o objeto específico do estudo. Este artigo, portanto, traz estes feixes por onde se pôde observar as percepções de trabalhadoras domésticas sobre o seu trabalho, percorrendo linhas que ligam a ocupação, a partir de sua história, aos sentidos que estão entranhados na cultura hegemônica, passando por um dos grandes mediadores culturais da pós-modernidade, que é a mídia. Os meios de comunicação de massa exibem uma certa representação de trabalhadoras domésticas, que chama a atenção por suas semelhanças, o que sugere sentidos legitimados e naturalizados pela cultura. Isso pode repercutir no imaginário da sociedade sobre o que seja a ocupação, e, claro, incluindo as próprias trabalhadoras domésticas sobre o que pensam de si e do seu trabalho.

**Palavras-chave:** trabalhadoras domésticas; mídia; subjetividade; identidade; hegemonia.

## Trabalhadoras domésticas: uma profissão?

O ESTUDO SOCIOLÓGICO DOS GRUPOS PROFISSIONAIS tem se tornado um tema legítimo nos estudos acadêmicos brasileiros (Barbosa, 1999). Ao se abordar o trabalho das domésticas no Brasil, vale antes perguntar: é este trabalho uma profissão?

A lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972 (Brasil, 1972) dispõe sobre a ‘profissão’ de empregado doméstico e conceitua este trabalhador como “[...] aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”<sup>1</sup>. Já o Ministério do Trabalho apresenta o trabalhador doméstico pertencente à família 5121, na Classificação Brasileira de ‘Ocupações’ (MTE, 2011), que abrange o empregado doméstico nos serviços gerais, o arrumador, o faxineiro e o diarista.

Cabe aqui, então, fazer uma breve conceituação dos termos ocupação e profissão, o que pode inclusive contribuir para se vislum-

**1** Uma das lutas das trabalhadoras domésticas é tentar se fazer entender o equívoco do termo ‘não lucrativa’. Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Goiás, Rosária Ribeiro de Oliveira, o trabalho doméstico “É lucrativo sim. Os patrão que não entende, nem os político. Por que os serviço delas é lucrativo? Eu vou dar o exemplo do médico. Ela vai trabalhar na casa do médico. O médico só veste roupa branca, né? Ela vai lavar a roupa dele e passar. Ele vai pro consultório limpinho, roupa lavada branquinha e passada. (batendo na mesa) Em cima de quem que ele tá ganhando o dinheiro dele no consultório?”

brar a condição de subalternidade dos trabalhadores domésticos.

Segundo Freidson,

ocupações podem ser tratadas *sui generis* como atividades em torno das quais podem formar-se grupos à medida que seus membros buscam autonomia e controle sobre seu trabalho particular e distinto. A diversidade das ocupações pode ser concebida como uma diversidade de êxitos e fracassos em seu 'projeto de mercado', algumas sendo criaturas exclusivamente das demandas de seus empregadores, outras conquistando abrigos com graus variados de autonomia. (Freidson, 1988, p. 129)

Uma ocupação se torna profissão, ainda segundo o autor, quando um grupo organizado obtém o direito exclusivo de exercer o trabalho, controlar o treinamento para ele e avaliar a qualidade dele. Assim, segundo Freidson (1988), apesar de o termo 'profissão' ser empregado muitas vezes englobando as ocupações, na sua concepção está contida uma espécie de especialização, já que os seus membros devem compartilhar um tipo específico de conhecimento e habilidades que são requisitos para o seu trabalho. A profissão, portanto, é uma ocupação, só que reconhecida oficialmente e mais bem posicionada nas classificações da força de trabalho (Freidson, 1996).

A ocupação que se pretende estudar aqui é a da trabalhadora doméstica. Apesar de no senso comum se usar o termo 'empregada' doméstica, a partir dos anos 1980 a alteração do uso do termo para 'trabalhadoras' fez parte de uma luta pela regulamentação jurídica da ocupação, em busca da igualdade a outras categorias profissionais (Bernardino-Costa, 2007).

Este recorte se dá pelas características peculiares desta ocupação, que parecem trazer uma complexidade maior ao dia a dia do trabalho do que prevê a legislação, uma vez que o doméstico

sintetizará tanto as relações familiares quanto as relações de outra ordem, relações que compartilhariam tempo e espaço cotidiano. Também designaria o lugar desta interação e o sentido da alteridade entre desiguais, permitindo-me demarcar, nas relações estritamente familiares, os seus imbricamentos com outras relações sociais [...]. O doméstico é também onde mulheres se diferenciam (em sua desigualdade) como patroas e empregadas domésticas. (Kofes, 2001, p. 97)

Na Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), no artigo 7º, que dispõe sobre os direitos

dos trabalhadores urbanos e rurais, dos 34 itens listados o trabalhador doméstico tem direito a apenas 9, além de sua integração à Previdência Social. Entram o direito ao salário mínimo, à irredutibilidade do salário, ao aviso prévio, mas, em compensação, ficam de fora inúmeros outros, como reconhecimento das convenções coletivas de trabalho, igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso, e a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos.

Somente no ano 2000, o trabalhador doméstico passou a ter direito a FGTS e ao seguro-desemprego, com o Decreto n. 3.361, de 10 de fevereiro (Brasil, 2000)<sup>2</sup>. Mas no parágrafo 1º, o dispositivo explica que o empregado doméstico só será inserido no programa do FGTS caso o 'empregador' faça o requerimento e o primeiro depósito. Assim, o empregado é automaticamente incluído no FGTS e o empregador fica obrigado a fazer o depósito mensalmente. Isso já poderia configurar uma lacuna para que o empregador possa escolher pagar ou não. E o seguro-desemprego só será válido, segundo o artigo 3º, caso o empregado seja vinculado ao FGTS. Ou seja, não são direitos próprios dos trabalhadores domésticos, pois só podem adquiri-los pela decisão (que envolve custo) do empregador.

A lei que dispõe sobre a ocupação de trabalhadores domésticos (a acima citada Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972) indica como um dos requisitos para a admissão do profissional, entre outras coisas, um atestado de boa conduta, exigência que não se encontra nas leis que regulam outras profissões, como as de engenheiro, enfermeiro, contador.

Como se pode notar, mesmo legalmente a condição das trabalhadoras domésticas está longe de ser igualitária em relação às demais profissões e de se tornar, inclusive, uma profissão no sentido sociológico. E aqui não se está falando de uma classe inexpressiva de trabalhadores. Estima-se que no Brasil haja 6,6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo que 6,2 milhões são mulheres (OIT Brasil, 2008). Dados da OIT mostram que, em 2006, somente 27,8% de trabalhadores domésticos tinham carteira assinada e que 75,6% das mulheres negras e 69,6% das mulheres não-negras trabalhadoras domésticas não tinham registro profissional (OIT Brasil, 2008).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 2006, em relação à organização da categoria profissional o emprego doméstico é

<sup>2</sup> Os direitos regulamentados pelo Decreto citado foram acrescidos à Lei que regula a profissão de trabalhador doméstico (Lei n. 5.859 de 11 de dezembro de 1972), pela Lei n. 10.208, de 23 de março de 2001. O texto da lei na íntegra está disponível em: <[http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis\\_regul/L10208\\_01.html](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regul/L10208_01.html)>.

o que apresenta o menor índice de filiação sindical. No Brasil, apenas 1,9% dos trabalhadores domésticos são sindicalizados. Em Goiás, existem cerca de 249 mil mulheres em serviços domésticos (IBGE, 2006), mas, segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Goiás, Rosária Ribeiro de Oliveira, há entre 1.700 a 1.800 trabalhadoras sindicalizadas. A causa do baixo número, segundo a presidente, é a recusa das profissionais em contribuírem com a taxa de R\$24,00 anuais. Inclusive, o pagamento anual foi uma forma de o Sindicato tentar conseguir mais adesões e pagamentos, já que, anteriormente, se pagavam R\$2,00 por mês, quando a passagem de ônibus (ida-volta) para o Sindicato custava R\$3,60<sup>3</sup>. Rosária acreditava ser este o motivo da baixa frequência: “porque elas pagava R\$3,60 pra vim pagar R\$2 aqui por mês... não é prejuízo?” Ocorre que, mesmo com a contribuição se tornando anual, as trabalhadoras domésticas continuaram sem efetuar o pagamento.

Em pesquisa feita com 31 trabalhadoras domésticas de Goiânia (Jordão, 2008a), nenhuma era filiada ao Sindicato. A trabalhadora que foi entrevistada no local, Deusa<sup>4</sup>, estava lá para saber que direitos teria caso pedisse demissão do então atual emprego, e, por isso, pagou uma taxa de R\$10,00. Quando questionada sobre a possibilidade de fazer parte do Sindicato, Deusa afirmou: “Assim, eu não sei nem muito bem o que faz parte ou não”. Rivana<sup>5</sup>, que foi entrevistada em terminal de ônibus, afirmou que não é sindicalizada porque ainda não teve tempo pra descobrir qual é a vantagem. Assim, há trabalhadoras que conhecem o Sindicato, mas o utilizam como um prestador de serviço, somente para saber de direitos e homologar rescisões trabalhistas.

Esta é uma situação bastante semelhante a que Bernardino-Costa (2007), em seu estudo sobre os Sindicatos de Trabalhadores Domésticos brasileiros, encontrou em Recife, onde muitas trabalhadoras frequentavam o sindicato da região quando precisavam ter conhecimentos sobre direitos e, portanto, não viam o cunho político da instituição.

Segundo Porto (2006), esta dificuldade institucional se dá pelo fato de que a trabalhadora doméstica tem que reivindicar os seus direitos cara-a-cara com as patroas, e por isso não conta com o efeito multiplicador do coletivo, que fortaleceria as suas posições de negociação.

Outro ponto de vista que ajuda a explicar a pouca coesão das trabalhadoras domésticas é da an-

tropóloga Brites(2003, p. 74), quando diz que elas, “cientes de que não dominam plenamente o jogo dentro do aparato que na sociedade diz zelar por direitos igualitários, procuram nas relações com os patrões, condutas que julgam capazes de negociar”.

A “informalidade” da ocupação então é agravada.

Devido ao fato de que esta relação se dá no ambiente doméstico e devido ao fato da parca legislação existente, o trabalho doméstico fica a mercê da arbitrariedade do patrão e da patroa. É claro que não estamos com isso anulando a condição de sujeitas das trabalhadoras domésticas, mas estamos querendo enfatizar as relações de poder existentes que deixam muitas vezes as trabalhadoras domésticas sujeitas à subjetividade da família empregadora. (Bernardino-Costa, 2007, p. 21)

A desigualdade legal e a falta de sindicalização são apenas mais alguns dos complicadores inerentes à ocupação de trabalhadora doméstica, pois, se existissem apenas estes, talvez menos complicado seria levar estas mulheres-domésticas a uma condição de igualdade em relação a outras pessoas-profissões. A questão é que não se trata somente de uma situação profissional, mas sim sociocultural, que traz conceitos hibridizados<sup>5</sup> e impregnados no imaginário cultural hegemônico desde a época da escravidão chegando até os dias de hoje, intensificados pela expansão urbana, que criou setores e ‘grupos’ periféricos de acordo com a condição de renda. Segundo García Canclini, o tipo de hibridação em que o tradicional e o moderno se misturam pode extrapolar inclusive a investigação cultural e iluminar processos políticos, como, por exemplo, “as razões pelas quais tanto as camadas populares quanto as elites combinam a democracia moderna com relações arcaicas de poder”. (García Canclini, 2008, p. 19). Isso é o que faz supor que a subalternidade das escravas se reflete na subalternidade das trabalhadoras domésticas.

## Da senzala à área de serviço

Segundo Freyre (2006), os escravos trazidos da Guiné, Cabo e Serra Leoa eram bonitos de corpo, tinham mais aptidão para o serviço doméstico e, assim, especialmente as mulheres, eram levadas para as casas-grandes para executarem este trabalho.

3 Valor da passagem na época da entrevista. Em 2011, ida e volta custam R\$5,00.

4 Todos os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios para se manter a confidencialidade da identidade das trabalhadoras domésticas que colaboraram com a pesquisa.

5 Este hibridismo, que é conceituado por Garcia Canclini (2008), pode ser constatado quando se observam em um mesmo espaço realidades culturais, econômicas e estilos de vida diferentes.

Afirma Porto que esta forma de se apropriar do tempo e da energia das mulheres foi naturalizada, fazendo com que a exploração inerente a este tipo de relação ficasse (e fica até hoje) invisível aos olhos da sociedade. Ou seja, antes, a escravidão, hoje, é o trabalho doméstico que é realizado em uma situação servil.

Seja em que âmbito for que se constate a presença do trabalho escravo, é inegável que a escravidão marcou o imaginário da sociedade brasileira no que diz respeito ao trabalho doméstico, tanto em relação ao grau de exigência para a consecução das tarefas ou no recorte étnico-racial e de classe daquelas destinadas a cumpri-las. (Porto, 2006, p. 75).

Após a Abolição, as mulheres negras continuaram trabalhando em setores bastante desvalorizados, recebendo baixíssimos salários e péssimo tratamento: estas mulheres alforriadas se tornaram, segundo documentos oficiais e estatísticas da época, grande parte das trabalhadoras domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas. Nos jornais, elas eram apresentadas “como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania” (Rago, 1997, p. 582).

Segundo Bernardino-Costa, as ex-escravas que continuaram fazendo o trabalho doméstico tiveram, justamente por esta relação de continuidade funcional, um pouco mais de facilidade após a Abolição de inserção no mercado de trabalho assalariado, em comparação a outras categorias profissionais. Mas esta continuidade pode ter gerado efeitos negativos que perduram até hoje.

Se houve uma continuidade funcional e, conseqüentemente, uma adaptação mais facilitada das ex-escravas ao trabalho doméstico dentro de uma ordem livre, perdeu também uma representação negativa das empregadas domésticas que as identifica como pertencentes ao universo das escravas. Assim, tanto num discurso autoreferenciado das empregadas domésticas quanto num discurso representativo do universo da patroa, há constantes identificações do trabalho doméstico ao trabalho escravo (Bernardino-Costa, 2007, p. 231).

Assim, existe uma correlação entre o contexto de surgimento da ocupação de trabalhadora doméstica e a sua própria desvalorização como categoria de trabalho. Não só o serviço, mas as mulheres que o faziam também eram desvalorizadas.

Nota-se que o Brasil acabou se tornando um ambiente propício para a reverberação dessas hibridações. Aqui, perpetuou-se a necessidade de

se ter um serviçal diariamente para a lida com os serviços domésticos. Suely Kofes (2001) fez uma pesquisa quantitativa na cidade de Campinas em que detectou que a presença das trabalhadoras domésticas se dá mais entre as faixas de renda mais elevadas da população, grupo de pessoas que também tem em casa maior número de eletrodomésticos. Ou seja, mesmo com o avanço da tecnologia para facilitar o serviço doméstico, ainda sobrevive fortemente a cultura de se ter uma trabalhadora doméstica para fazê-lo.

Outra hibridação que liga a escravidão à ocupação de empregada doméstica é a mal formatada relação entre patrões e estas profissionais, que parece carregar um misto de profissionalismo e afetividade, relação que gera polêmicas – invisíveis – mas que repercutem na vida de ambas as partes, já que várias diferenças se entrecruzam no doméstico:

diferenças de classe, de relações familiares, de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensões do público e do privado. E finalmente de gênero, compartilhado mas diferentemente e desigualmente vivenciado. (Kofes, 2001, p. 163)

Ainda segundo Kofes, a estrutura do doméstico é constituída pela convivência da família com a presença diária de uma pessoa de classe subalterna; pelo pagamento de um salário (além das doações), por um trabalho que também pode ser considerado um papel social feminino; pela relação de mando e obediência combinada com envolvimento afetivos.

Essa relação que confunde o trabalho com a afetividade também parece ter suas origens na escravidão. Segundo Freyre (2006), muitas escravas iam desde criança para a casa-grande servir como companhia para as crianças brancas, e assim continuavam até a vida adulta, se tornando conselheiras sentimentais, cúmplices das sinhazinhas, amas de leite dos filhos destas, enfim, conheciam profundamente os anseios de suas sinhás. Mesmo quando iam já adultas, eram levadas da senzala para a casa-grande para fazer os serviços mais delicados da casa, ou para cuidar das crianças. Muitas delas davam à luz a ‘mulatinhos’ que eram criados na própria casa-grande, e a quem era oferecido estudo para no futuro se tornarem, muitos deles, doutores, bacharéis e até padres. Ou seja, as escravas tinham uma grande influência sobre a vida íntima da família dos seus senhores, obtendo regalias em relação a outros escravos. Elas passavam então a tomar lugar na família não como escravas, mas como pessoas da casa. E assim continuavam mesmo depois de alforriadas.

Nos dias de hoje, a afetividade<sup>6</sup> é assim explicada por Brites:

nas negociações de pagamentos extrasalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil. (Brites, 2007, p. 93-94)

E assim, com todas as hibridações, delineou-se o que se tornou a imagem e a ocupação de doméstica: uma pessoa que lida com os serviços domésticos, com tudo o que há de delicado em uma casa, mas que é desvalorizada como trabalhadora, que carrega um estigma de inferioridade, o qual parece deixar ainda mais desiguais as relações entre dominador e dominado. Pode-se tentar enxergar aí uma luta entre forças sociais. Mas sempre lembrando que, segundo Hall (2003, p. 291), a questão da hegemonia para Gramsci não consiste simplesmente em uma vitória de um lado sobre o outro, mas sim num “equilíbrio instável,[em que as] relações de forças [são] favoráveis ou desfavoráveis a esta ou àquela tendência”, pois nenhuma força social, mesmo que suplantada, sai do terreno da luta. Isso porque os setores populares não são necessariamente passivos à ação hegemônica. Eles co-participam nas relações de força que constituem a cultura (García Canclini, 2008).

Nessa relação, há ainda outros fatores que agravam a condição de subalternidade das trabalhadoras domésticas, além da própria desvalorização causada pelas hibridações da escravidão. Podem-se citar: a situação economicamente menos favorecida, o caráter feminino da ocupação e a desvalorização da ocupação em relação a outras categorias profissionais. Mas, se há o baixo poder aquisitivo, há o alto; se há a feminização da ocupação, há uma divisão sexual do trabalho; e se há desigualdade profissional, é porque uns são vistos como melhores do que outros. Esta diferença de olhares faz com que, se há o subalterno, é porque há o hegemônico e um se relaciona com o outro, como no caso desta pesquisa, nem que seja mediante a relação de emprego.

O baixo poder aquisitivo é uma das características mais marcantes da ocupação de trabalha-

doras domésticas. Em Goiás, das 249 mil mulheres exercendo atividades em serviços domésticos, 70 mil recebem até meio salário mínimo; 130 mil, de meio a 1 salário mínimo; 46 mil, de 1 a 2 salários mínimos; 2 mil, de 2 a 5 salários mínimos e mil não declararam (IBGE, 2006).

A feminização da ocupação das trabalhadoras domésticas contribui para a sua subalternidade, uma vez que esta característica faz com que a ocupação tenha menos valor no mercado das trocas simbólicas. Segundo Bourdieu (2007, p. 75), o masculino está ligado à nobreza e é fácil notar pela “diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira”. Para o autor, de certa forma, toda profissão se qualifica quando realizada por homens, ao passo que a feminização de uma profissão reduz o seu prestígio ou desejabilidade.

Já a desvalorização da ocupação de trabalhadora doméstica em relação a outras profissões pode ser explicada a partir do próprio tratamento desigual dado pela lei, que é agravada pela falta de qualificação, perspectiva e ascensão profissional. Além de serem escassos os cursos oferecidos para a categoria, há uma recusa de muitas trabalhadoras domésticas em se qualificar. Segundo a presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Goiás, Rosário Ribeiro de Oliveira, as trabalhadoras se negam a participar de eventuais cursos, com a justificativa de que não fariam um curso para beneficiar a patroa. Ela reproduz o pensamento: “aprender a fazer curso de bolo pra fazer bolo pra patroa?”

## A mídia e a circulação de sentidos

Entre as formas de reprodução e disseminação da cultura hegemônica, está a mídia; juntamente, claro, com a família, a escola, a igreja, os partidos, os sindicatos... Mas a mídia cada vez mais se constitui como um espaço de veiculação de elementos simbólicos que vão caracterizar a cultura (hegemônica e subalterna) que se compartilha na sociedade. García Canclini (1988, p. 29) considera que cultura, mais do que o mundo dos livros ou das belas artes, é “el conjunto de procesos simbólicos a través de los cuales se comprende, reproduce y transforma la estructura social”. Assim, se a mídia é um construtor e reproduzidor cultural, ela está diretamente ligada com os sentidos que se mantêm ou se transformam nas culturas que caracterizam uma sociedade.

<sup>6</sup> Uma das lutas de diversas associações de trabalhadoras domésticas, em meados da década de 1980, foi justamente chamar a atenção das trabalhadoras para a importância de não se morar no emprego, por vislumbrarem a questão da afetividade, desse “pertencer à família”, como um empecilho para conscientização classista das trabalhadoras como sendo semelhantes aos profissionais de outras categorias (Bernardino-Costa, 2007).

Além disso, os meios de comunicação de massa podem ser relacionados às leituras comerciais de que fala Gramsci (1978, p. 96) quando defende a análise das últimas como termômetro da cultura de uma época:

a literatura comercial não deve ser negligenciada na história da cultura: ao contrário, tem um imenso valor precisamente a partir deste ponto de vista, pois o sucesso de um livro de literatura comercial indica (e frequentemente é o único indicador existente) qual é a 'filosofia da época', isto é, qual é a massa de sentimentos e concepções do mundo que predomina na multidão 'silenciosa'. (grifos do autor)

E a mídia brasileira tem sua contribuição para a repetição e o fortalecimento de alguns estereótipos que desvalorizam a ocupação de trabalhadoras domésticas. Segundo Araújo (2000), acentuou-se, nos anos 1970, a presença nas novelas brasileiras de trabalhadoras domésticas negras atuando como uma espécie de 'protetoras' do protagonista, que era sempre representado por atores brancos. Essa figura da 'protetora', da pessoa que é fiel, cúmplice e amiga, é um papel que já foi protagonizado na vida real pelas mães pretas e pelas criadas na época da escravidão. Como foi dito, as escravas 'domésticas' tornavam-se pessoas de casa, na casa-grande, e podiam ter grande influência sobre a família brasileira.

Assim, as novelas brasileiras reforçaram (e talvez ainda reforcem) a associação de algumas características da escravidão à ocupação de trabalhadoras domésticas, como, por exemplo, a questão da confusão entre profissionalismo e afetividade no ambiente de trabalho, que tanto prejudica a delimitação real do que consiste e do que não consiste a ocupação de trabalhadora doméstica.

Em uma pesquisa realizada sobre as trabalhadoras domésticas no cinema<sup>7</sup>, nota-se uma clara negação à identidade de trabalhadora doméstica pelas personagens, o que pode ser considerado um reflexo da imagem que a cultura hegemônica tem e transmite a toda a sociedade (incluindo as trabalhadoras domésticas) sobre a ocupação.

Abaixo, alguns diálogos presentes em dois dos filmes analisados, que ilustram isso.

(Diálogo entre duas prostitutas que também trabalham como trabalhadoras domésticas)

Eliete: Telefonaram pra você de novo. Pediram referências tua. Eu disse que você era de forno e fôgo.

Zezé: Obrigada, viu, Eliete. Cê vê, Eliete, eu estou tendo que voltar pra casa de madame, a grana tá curta.

Mas assim que a barra melhorar eu juro, eu juro, Eliete, que eu largo essa vida de empregada.

Eliete: Isso mesmo!

(Trecho do filme Tudo Bem, 1978)

Porque eu não sou doméstica. Eu estou doméstica, mas é por pouco tempo. / Que nem quando a pessoa é pequena e alguém pergunta assim: que que você vai ser quando crescer, a pessoa responde, artista de novela... é... enfermeira, bailarina, nenhuma pessoa responde 'ai, eu queria ser empregada doméstica', porque isso daí não é um desejo, né, que a pessoa tem. É uma sina mesmo. (Falas da personagem Roxane, em trechos distintos de Domésticas, o Filme, 2001)

Os conteúdos midiáticos em que há a representação da empregada doméstica, portanto, apresentam o que a cultura hegemônica entende pela categoria de trabalhadoras e como se relaciona com ela. A sociedade não valoriza. E as domésticas também não.

## Agenciamentos e percepções de si

A percepção da subalternidade e da falta de mobilidade social pode ser potencializada quando a relação com um grupo dominante/hegemônico acontece dentro de uma casa, ou melhor, na expressão de Bernardino-Costa (2007, p. 10), no "isolamento intra-muros". Kofes (2001) diz que o ambiente doméstico é um lugar onde se encontram mulheres (a patroa e a empregada), mas mulheres socialmente desiguais. Para a autora, 'elas' é o termo que define o outro, tanto quando quem fala são as patroas (e sobretudo estas negam a identificação), como quando são as trabalhadoras. Isso faz parte da tensão estrutural constante que há na interação entre desiguais em um ambiente que, ao mesmo tempo em que une, distancia, separa. Nas entrevistas com 31 trabalhadoras domésticas em Goiânia<sup>8</sup>, 'elas' apareceram:

a gente dedica tudo pra 'elas' e 'elas' acha que a gente ainda tá fazendo pouco. (Joana)

É uma amostra da desigualdade entre mulheres no ambiente doméstico, mas também da percepção da desvalorização da ocupação, como pode se observar nas falas a seguir:

<sup>7</sup> Cf. Jordão (2008b). Foram analisados filmes como Tudo Bem (Direção de Arnaldo Jabor, 1979); Domésticas (Direção de Fernando Meirelles e Nando Olival, 2001); Cronicamente Inviável (Direção de Sérgio Bianchi, 1999) e O Casamento de Louise (Direção de Betse de Paula, 2000), que apresentam situações bastante elucidativas sobre como a cultura hegemônica vê a empregada doméstica, e como ela mesma se vê.

<sup>8</sup> As entrevistas foram feitas em pontos de ônibus, locais de trabalho, cursos de culinária, sindicato da categoria e sobretudo em agência de empregos.

Eu faço esse serviço porque eu não tenho profissão. Eu não tenho estudo [...] então a gente faz só o que a gente pode fazer mesmo. Aí, igual eu falo pros meus filho assim, ó, cês estuda pra não precisar trabalhar em casa de família igual eu trabalho, né, que não é isso que eu quero pros meus filho. É difícil a pessoa dar valor no serviço da gente. Eu já trabalhei em casa de família que eles não dava, valorizava o serviço da gente, sabe? Falava muito, e era muito serviço, então era igual escravo. (Marli)

Eu não gosto de ser doméstica. Eu faço porque eu preciso. (Nara)

Cê trabalha e cê não tem um pingão de valor. Todo serviço é ruim. Não tem valor. Cê trabalha porque precisa. (Joana)

Simplesmente se eu sair daqui e for numa loja aí e falar que eu sou empregada doméstica, todo mundo já fica assim... Umas esconde, minha cunhada mesmo esconde, ela inventa qualquer outro nome, mas não fala que trabalha de doméstica. (Deusa)

(Falando de empregadores anteriores) A mulher deixava a gente muito pra baixo, assim, então era uma coisa que eu me sentia assim, como é que se diz, assim, desvalorizada. [...] Pensa que porque tá pagando tem a obrigação de te tratar da maneira que eles querem. [...] Sinceramente, trabalhei 1 ano e 5 mês, mas quando eu saí eu falei pra Deus mesmo: Senhor, eu não quero mais voltar trabalhar em doméstica, porque eu era muito humilhada [...] Cê tá trabalhando o tempo inteiro e a pessoa te põe lá embaixo, uai, faz você se sentir uma das piores coisas dessa vida. (Maria, na agência de empregos, procurando trabalho de doméstica)

Há uma visível percepção por parte das entrevistadas da desvalorização da categoria e do trabalho de doméstica, tanto que há inclusive a resistência de se assinar a carteira, em nome de uma transitoriedade na ocupação:

Não é o emprego que eu quero não. (Betânia)

A maioria não vê este trabalho como profissão e gostaria de exercer outras profissões, como vendedoras, advogadas, delegadas, bancárias, modelos e outras. Às vezes, as trabalhadoras parecem não saber exatamente no que consiste a profissão almejada, como é o caso de Olga, que gostaria de ser detetive. Ao ser questionada do porquê, ela respondeu:

Num sei. Se eu tivesse estudado, eu era detetive. (Olga)

O mesmo acontece com Deise, que sonha em trabalhar

De qualquer coisa, desde que seja uma empresa. (Deise)

Isso parece sinalizar que, não importa qual, as trabalhadoras domésticas entrevistadas prefeririam ter outra ocupação.

Em vários casos, as entrevistadas citam a ausência de estudos como empecilho para esta migração profissional, como é o caso da Olga, acima citado, e também de Marli, que diz:

ah, se eu fosse uma pessoa estudada, assim, pra mim sair dessa vida de doméstica, eu saía. (Marli)

Elza afirma que

hoje em dia, pra entrar no mercado de trabalho, exige muito, tem que ter curso. (Elza)

A falta de estudos também deixa Marli se considerando sem alternativas profissionais:

Não estudou, né, então cabou! (Marli).

Assim, a ocupação de doméstica não é uma escolha, mas uma falta de alternativa, que é gerada pela ausência dos estudos na vida dessas entrevistadas<sup>9</sup>.

Segundo Kofes (2001), as trabalhadoras domésticas são mulheres que não têm qualificação profissional, nem estudo, e recebem pagamento para fazer o que sempre fizeram na própria casa. Segundo a autora, há algumas posturas das trabalhadoras domésticas em relação à sua ocupação que foram possíveis perceber nesta pesquisa. Há os casos em que a comida gratuita é um argumento para se enxergar a ocupação como possibilidade, como mostra a fala de Betânia:

Você ganha café da manhã, você ganha o almoço, você lancha, entendeu? Você usa o banheiro, você usa o papel da pessoa, você toma um banho, tem até uns casos que dá até sabonete, ou você compra o seu, que aí já é cara de pau demais, né? Mas geralmente dão, cê usa. [...] O seu salário sai em valor X. [...] Se trabalhar na loja, é por comissão. (Betânia, 37 anos)

Há os casos das mulheres não muito jovens que desejam que as filhas estudem para não ser trabalhadoras domésticas, como mostra a fala da Marli, 45 anos:

<sup>9</sup> Segundo dados do Pnad de 2005, no Centro-Oeste, 7,98% das trabalhadoras domésticas são analfabetas; 48,94% têm Ensino Fundamental incompleto; 10,59% têm Ensino Fundamental completo; 5,10%, Ensino Médio incompleto; 11%, Ensino Médio completo; 0,06, Ensino Superior incompleto; e 0,23, Ensino Superior completo.

Não é isso que eu quero pros meus filho. (Marli)

Há as trabalhadoras jovens que veem o trabalho como provisório, enquanto buscam outras oportunidades, como a Kátia, de 25 anos, que

queria um serviço assim, uma vendedora, uma recepcionista. (Kátia)

E também há outros tipos de discurso que mostram a falta de alternativas profissionais, como é o caso de Leandra, de 43 anos, que afirma:

Uai, não tem outra opção. (Leandra)

Só se encontraram dois casos em que profissionais se mostraram satisfeitas com o ofício, como Dagmar, que sempre foi doméstica, e Patrícia, que já foi empresária, e, indo à falência, foi “obrigada a trabalhar de doméstica pra poder pagar tudo”:

De doméstica eu me identifiquei mais, porque eu gosto muito de cozinhar, eu gosto muito de fazer novidade. Na minha casa, se olhar no armário, tudo que procurar tem. Não pra eu comer, prazer de fazer. (Patrícia, 52 anos)

Nem passou pela minha cabeça essa história, menina. Eu sou doméstica. Eu gosto da minha profissão, entendeu? (Dagmar, 40 anos)

Analisando os tipos de discursos elencados por Kofes (2001) e fazendo um comparativo com as entrevistadas desta pesquisa, pode-se perceber a idade realmente como um fator importante ligado à aceitação da ocupação. Para averiguar se essa desvalorização se dá inclusive em como as trabalhadoras domésticas se intitulam, perguntou-se a profissão de algumas entrevistadas. Eis uma amostra das respostas em cada faixa etária analisada:

Até agora doméstica. (Kátia, 25 anos)

Auxiliar de produção, serviços gerais. (Maria, 34 anos)

Uai, trabalhar de limpeza, doméstica. (Nara, 48 anos)

Doméstica e serviços gerais. (Olga, 59 anos)

Analisando as falas, tanto no momento em que as trabalhadoras se apresentam, quanto quando falam a respeito de suas profissões, pode-se perceber que, quanto mais novas as entrevistadas, mais é considerado o caráter de transitoriedade da ocupação. A falta de opção e a assunção deste tipo de trabalho ficam mais claros nos discursos das mulheres com faixas etárias superiores.

Mas o que é comum a quase todas as trabalhadoras domésticas é a percepção de que esta ocupação não tem valor.

## Considerações finais

A repetição e a reprodução destes esquemas de pensamento preconceituosos e excludentes, seja pela mídia, seja todos os setores sociais por onde passam as trabalhadoras, contribuem para que a cultura mantenha este moto-contínuo desigualdades, ainda que considerando a cultura popular em constante relação dialógica com a hegemonia, não necessariamente passiva, vitimizada.

É que uma sociedade, por todos os seus meios de manifestação, acaba repetindo os conceitos, os sentidos, que são mais fortes, mais consensuais, mais hegemônicos. E estes conceitos afetam todos: dominantes e subalternos, pois eles vivem sob uma mesma matriz geral de cultura. Por esse motivo, fica mais fácil vislumbrar por que chega a ser ‘natural’ que algumas mulheres sejam machistas, por exemplo, e obviamente que as empregadas domésticas, em geral, não tenham autoestima como trabalhadoras.

Também pode-se considerar que, mediante os sistemas de representação e das categorias ideológicas em uso (inclusive pela mídia), existem discursos que produzem uma definição de ‘quem é quem’ na sociedade. O posicionamento do indivíduo descrito como trabalhador é um. Já o posicionamento de alguém intitulado como trabalhadora doméstica é outro. Essas inscrições nos situam “como atores sociais e como membros de um grupo social [...] e prescreve para nós certas identidades sociais” (Hall, 2003, p. 267), que usamos ou somos permitidos a usar conforme onde e de que forma somos inscritos.

Os conceitos culturais hegemônicos brasileiros que são produzidos e circulam por toda a sociedade também são afetados pelas hibridações, tanto que neles cabem o tradicional e o moderno, como a necessidade de se estar conectado 24 horas por dia ao resto do mundo pela *internet*, a partir de um *laptop*, cuja poeira fora retirada por uma trabalhadora doméstica.

Claro que essas hibridações não se dão somente com trabalhadoras domésticas. Temos o executivo que vai ao trabalho de helicóptero, assim como o boia-fria que vai de pau-de-arara. Temos o acarajé e o chimarrão. Temos o ‘sertanejo de raiz’ que resiste ao tempo e o *hit* da semana baixado pela *internet*; o gueto do *rock* independente e as multidões que seguem os trios elétricos nos carnavais; a música do popular brasileiro e a Música Popular Brasileira. Isso só para citar algumas distâncias e hierarquias (às vezes no mesmo local) por que percorrem as diferenças culturais no Brasil.

São os antagonismos equilibrados, segundo Gilberto Freyre (2006), a força ou a potencialidade da cultura brasileira. Mas estes antagonismos não necessariamente convivem pacificamente ou trazem um caráter quase romântico à nossa existência como ‘nação’. Esta visão de união nacional é produzida, segundo Chauí (1986), pelos grupos dominantes que têm horror às contradi-



ções, motivo pelo qual as culturas populares tendem a ser absorvidas pela cultura hegemônica. Porque de fato o Brasil é recortado profundamente em grupos sociais, culturais e econômicos que se relacionam com a presença e/ou a existência (não necessariamente o reconhecimento) do outro.

Tentar se aprofundar um pouco nesta realidade intramuros que revela universos tão distintos, no caso das tra-

balhadoras domésticas – por vezes quase invisíveis –, pode contribuir para dar visibilidade a questões de desigualdade legitimadas e naturalizadas pelo tempo e pela cultura, para se tentar vislumbrar reconstruções de sentido, midiáticas ou não, que possibilitem um reconhecimento profissional e humano destas trabalhadoras, a fim de que sejam capazes de continuar exercendo este diálogo com a cultura hegemônica, só que de forma menos desigual e mais digna.

## Referências

- ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Ed. do Senac São Paulo, 2000.
- BARBOSA, Maria Lígia. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 39, fev. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091999000100013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 maio 2011.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia) – UnB, Brasília, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. Lei n. 5859, de 11 de dezembro de 1972. Disponível em: <[http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis\\_regul/L5859\\_72.htm](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regul/L5859_72.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- BRASIL. Constituição Brasileira de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- BRASIL. Decreto nº 3.361, de 10 de fevereiro de 2000. Disponível em: <[http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis\\_regul/D3361\\_00.html](http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regul/D3361_00.html)>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- BRITES, Jurema. *Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões*. In: XIII FÓRUM DE PESQUISA, Experiências Culturais/Possibilidades Políticas, IV REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2003. Comunicação. Disponível em: <<http://www.ser.ufpr.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2008.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção Clássicos, n. 12).
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor; RONCAGLIOLO, Rafael. *Cultura transnacional y culturas populares*. Instituto para América Latina – IPAL, 1988.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias* para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Ed. da USP, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Diretoria de Pesquisas – Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006: Goiás.
- JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. *Beleza que põe mesa: a relação de trabalhadoras domésticas com mídia, beleza e consumo*. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008a.
- JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. *As empregadas domésticas no cinema: uma minoria em batalha*. Trabalho (disciplina Identidade Cultural e o Cinema) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, em 2008b.
- KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- MTE: Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 13 maio 2011.
- OIT Brasil. *Mais trabalho decente para trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil*. Nota técnica da OIT Brasil sobre trabalhadores domésticos, 25 abr. 2008.
- PORTO, Dora. *Bioética e qualidade de vida: as bases da pirâmide social no coração do Brasil*. Um estudo sobre a qualidade de vida, qualidade de saúde e qualidade de atenção à saúde de mulheres negras no Distrito Federal. Tese (Doutoramento em Ciências da Saúde – área de concentração Bioética) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília (UnB), 2006. Disponível em: <<http://btdtd.bce.unb.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2008.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

## ***Domestic workers: media representation and identity***

### **Abstract**

This article presents data and reflections based on a research in which the relation of 31 domestic workers from Goiânia, with media, beauty and consumption has been worked out. Surely that when one plunges into life stories the themes do not appear compartmentalized and the lines end up bringing nuances of realities that sometimes go beyond the specific object of study. This article, therefore, brings these bundles through which it could be possible to observe the domestic workers perceptions about their work, going through the lines that connect the profession, from its history, to the meanings that are embedded in the hegemonic culture, passing by one of the greatest cultural mediators of post-modernity, that is the media. The mass media exhibit a certain representation of domestic workers, that calls attention to their resemblances, which suggests legitimized senses naturalized by the culture. This may reflect on the imaginary of society about what the profession would be, and, sure, includes domestic workers own thoughts about themselves and their work..

**Keywords:** domestic workers; media; subjectivity; identity; hegemony.

## ***Trabajadoras domésticas: los medios de comunicación y la identidad***

### **Resumen**

Este artículo presenta los datos y reflexiones a partir de una investigación en la que se trabaja la relación de 31 trabajadoras domésticas de Goiânia, los medios de comunicación, la belleza y el consumo. Por supuesto, al profundizar en las historias de la vida, los temas no aparecen fragmentados y las líneas terminan llevando matices de las cosas que a veces van más allá del objeto específico de estudio. Este artículo, por lo tanto, portea estos paquetes en que se puede observar la visión de los trabajadores domésticos con referencia a su trabajo, que cubre las rutas desde la profesión, su historia hasta los significados que están incrustados en la cultura hegemónica, en busca de un gran mediador cultural de la posmodernidad, que es los medios de comunicación. Los medios de comunicación presentan una cierta representación de los trabajadores domésticos, que llama la atención sobre sus similitudes, lo que sugiere formas legitimadas y naturalizadas por la cultura. Esto puede reflejar la imaginación de la sociedad en el que la ocupación y, por supuesto, incluí a las trabajadoras domésticas y lo que ellas piensan de sí mismas y de su trabajo.

**Palabras claves:** trabajadores domésticos; medios de comunicación; subjetividad; identidad; hegemonía.

Data de recebimento do artigo: 29-11-2010

Data de aprovação do artigo: 17-03-2011